



Susin, Loredana

Configurações espaço-temporais: posicionando territórios, sujeitos e ações em um laboratório de pesquisa



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Argentina.
Atribución - No Comercial - Sin Obra Derivada 2.5
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/ar/>

Documento descargado de RIDAA-UNQ Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes de la Universidad Nacional de Quilmes

Cita recomendada:

Susin, L., Souza, N. G. S. d., Souza, D. (2006). *Configurações espaço-temporais: posicionando territórios, sujeitos e ações em um laboratório de pesquisa*. *Redes*, 12(23), 151-183. Disponible en RIDAA-UNQ Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/608>

Puede encontrar éste y otros documentos en: <https://ridaa.unq.edu.ar>

CONFIGURAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS: POSICIONANDO TERRITÓRIOS, SUJEITOS E AÇÕES EM UM LABORATÓRIO DE PESQUISA*

LOREDANA SUSIN, NÁDIA GEISA SILVEIRA DE SOUZA Y DIOGO SOUZA

RESUMO

Nesse trabalho buscamos compreender as configurações de espaço/tempo que funcionam em um laboratório de pesquisa em bioquímica, como elas articulam relações entre as pessoas que por ali circulam e como integram os processos de constituição de suas subjetividades. Para a inserção no laboratório, utilizamos ferramentas de cunho etnográfico que nos possibilitaram analisar algumas construções cotidianas de tempo/espaço perpassadas pela ordem/desordem, em especial as estratégias de ordenação no e do laboratório como: a marcação territorial (através da inclusão de objetos e das formas de compor os espaços), os não-lugares caracterizados pelo uso e construção compartilhados dos espaços/tempos (lugares não-territorializáveis de uso coletivo e circulação rápida), as rotinas de laboratório, o funcionamento de diferentes tecnologias (informáticas, digitais e de telecomunicação) promovendo diversas articulações de espaço/tempo, além das formas presenciais ou não de governamento (hierarquizações, vigilâncias e produtividade). Por fim, essas análises nos possibilitaram perceber que, assim como em tantos outros espaços, no laboratório de pesquisa coexistem e articulam-se diversas configurações espaço-temporais posicionando territórios, sujeitos e ações.

PALAVRAS-CHAVE: SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA – ESPAÇO E TEMPO – SUBJETIVIDADE – LABORATÓRIO DE PESQUISA.

* Este artigo faz parte da tese de doutorado de Loredana Susin, orientada pelo Prof. Dr. Diogo Souza na Linha de Pesquisa “Estudos em Educação em Ciências” do Departamento de Bioquímica, Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS (Brasil).

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Loredana Susin é licenciada em Ciências Biológicas, mestre e doutoranda em Ciências Biológicas: Bioquímica pela Linha de Pesquisa Estudos em Educação em Ciências do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS. E-mail: lore.s@terra.com.br.

Nádia Geisa Silveira de Souza é licenciada em Ciências Biológicas, doutora em Ciências Biológicas: Bioquímica pela Linha de Pesquisa Estudos em Educação em Ciências do Instituto de Ciências Básicas da Saúde/ UFRGS e professora adjunta da Faculdade de Educação da UFRGS.

Diogo Souza é médico, pós-doutor em Bioquímica pela University of London, Inglaterra, e professor titular do Departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS.

CONFIGURACIONES ESPACIO-TEMPORALES: CONSTRUCCIÓN DE TERRITORIOS, SUJETOS Y ACCIONES EN UN LABORATORIO DE INVESTIGACIÓN

RESUMEN

En este trabajo intentamos comprender las configuraciones de espacio/tiempo tal como funcionan en un laboratorio de investigaciones en bioquímica; cómo articulan relaciones entre las personas que allí circulan y cómo integran los procesos de constitución de sus subjetividades. Para la inserción en el laboratorio, utilizamos herramientas de cuño etnográfico, las cuales nos posibilitaron analizar algunas construcciones cotidianas de tiempo/espacio atravesadas por el orden/desorden, en especial las estrategias de ordenación en y del laboratorio, como la demarcación territorial (a través de la inclusión de objetos y formas de componer los espacios), los no-lugares, caracterizados por el uso y construcción compartida de espacios/tiempos (sitios no demarcables, de uso colectivo y rápida circulación), las rutinas de laboratorio, el funcionamiento de diferentes tecnologías (informáticas, digitales y de telecomunicaciones), promoviendo distintas articulaciones de espacio/tiempo, además de las formas, perceptibles o no, de gobierno (jerarquizaciones, vigilancia y productividad). Finalmente, esos análisis nos permitieron percibir que, así como en tantos otros espacios, también en el laboratorio de investigaciones coexisten y se articulan diversas configuraciones espacio-temporales en la producción de territorios, sujetos y acciones.

PALABRAS CLAVE: SOCIOLOGÍA DE LA CIENCIA – ESPACIO Y TIEMPO – SUBJETIVIDAD – LABORATORIO DE INVESTIGACIÓN

INTRODUÇÃO

Diversos autores contemporâneos têm procurado compreender as relações sociais a partir de uma perspectiva de análise que busca desnaturalizar as noções de tempo e espaço. Para eles essas configurações inscrevem o modo como as pessoas interpretam e agem cotidianamente. Em função disso, tem sido do nosso interesse buscar conhecer as configurações espaço-temporais que constituem determinados lugares de ação e interação social no presente, em especial nos laboratórios de pesquisa científica.

Em um trabalho anterior, denominado *Como acontece a construção do conhecimento científico em um laboratório de pesquisa?* (Susin, 2004), analisamos como eram constituídos os conhecimentos científicos em um laboratório de

pesquisa em bioquímica –os sistemas de produção e significação– e os processos sociais de instituição e naturalização das práticas científicas na perspectiva dos Estudos da Ciência.¹ Esse campo multidisciplinar² de pesquisa, segundo Rouse (1992), cujos praticantes advêm principalmente das áreas da História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Crítica Literária, entre outras, se dedica especificamente à discussão e análise social da Ciência e das atividades científicas. Dentre os diversos Estudos da Ciência –centrados no condicionamento social do conhecimento– têm sido desenvolvidas análises comprometidas com a produção do conhecimento científico no local de ação científica –o laboratório de pesquisa–. Esses trabalhos, designados como Estudos de Laboratório, utilizam abordagens etnometodológicas na investigação das atividades científicas “na tentativa de produzir uma descrição do trabalho científico relativamente não obstaculizada pela reconstrução retrospectiva” (Woolgar, 1995: 222). Para tanto, pela observação direta no Laboratório, procuram analisar como são construídos os objetos científicos durante os processos de produção do trabalho científico (Knorr-Cetina, 1995).

Nessa perspectiva, a partir de uma pesquisa de cunho etnográfico, no trabalho referido acima discutimos como o laboratório –entendido como um espaço de produção cultural– construía determinados “objetos” científicos como a temática de investigação, o protocolo de pesquisa, o teste-piloto e/ou pesquisa, os resultados, a escrita científica, entre outros. Além disso, foram analisadas as práticas de significação de tais produtos que abrangeram mecanismos de simulação e mediação, rearranjos circunstanciais, uso de diferentes linguagens e marcadores, dispositivos de regulação, relações de poder/saber e, ainda, aquelas práticas de normalização e de estabilização que os tornavam verdadeiros. Associados a esses aspectos, estavam em jogo interesses de diversas ordens –retorno financeiro, investimento na carreira científica, produção de novos conhecimentos bioquímicos, melhoria da

¹ Alguns autores que têm sido vinculados ao campo dos Estudos da Ciência (ou *Science Studies*) e de Laboratório (estudos etnometodológicos e de análise do discurso), principalmente a partir das décadas de setenta e oitenta (Kreimer, 1999), são Harold Garfinkel, Michel Lynch, Bruno Latour, Steve Woolgar, Karin Knorr-Cetina, Michael Mulkey e Nigel Gilbert, embora alguns deles tenham desenvolvido, posteriormente, novos conceitos e explorado outras direções e perspectivas nos seus trabalhos. Na América Latina, segundo Vessuri (1993 *apud* Kreimer, 1999), a sociologia funcionalista da ciência teve poucos representantes, destacando-se os trabalhos pioneiros, na década de setenta, de Fuenzalida e de Roche, da Venezuela e Schwartzman, do Brasil.

² Por não ser um campo unificado e abranger diversas tendências e orientações, distinguimos aqui que os Estudos da Ciência nos quais inspiro-nos são aqueles influenciados pelas filosofias pós-modernas e pelo pensamento pós-estruturalista. Joseph Rouse (1992) refere-se a Estudos *Culturais* da Ciência, pois articula os Estudos da Ciência, em sua vertente construcionista (ou construtivista, para outros autores), aos Estudos Culturais –campo inter e adisciplinar de investigação que abarca inúmeras formas de produção cultural, entre elas a Ciência.

qualidade de vida de pacientes, busca por credibilidade— que mobilizavam as pesquisas e garantiam retorno para o laboratório. Assim, essa rede, em que se articulavam práticas discursivas e não discursivas, tinha como finalidade a construção, a circulação e a utilização dos produtos científicos. Nessa imersão no funcionamento do laboratório, percebemos que, simultaneamente à produção de objetos, os tipos de relações, os posicionamentos, as ações que eram exercidas ali se encontravam implicadas na fabricação de maneiras de ver, falar, pensar, agir, dando forma a determinadas subjetividades. Nessa trama chamou-nos a atenção a atuação das configurações espaço-temporais, o que nos fez direcionar os estudos posteriores para tais questões.

Por conseguinte, nossa intenção com o presente trabalho é compreender e discutir as configurações de tempo/espaço³ que funcionam em um laboratório, como elas articulam relações entre as pessoas que por ali circulam e como integram os processos de constituição de suas subjetividades.

Apesar de serem consideradas categorias básicas da existência humana, tempo e espaço ainda têm sido pouco discutidos (Elias, 1998). Tais categorias frequentemente são vistas como noções corriqueiras e evidentes em torno das quais organizamos nossas ações diárias. Entretanto, estamos entendendo que tempo/espaço não existem “independentemente como estruturas inflexíveis de referência *em cujo interior* ocorreriam acontecimentos e lugares” (Latour, 2000: 371). O mundo não é simplesmente “moldado pelo espaço onde nos situamos e pelo tempo a que nos sujeitamos, como se o espaço fosse um cenário e o tempo fosse um fundo contínuo ao longo do qual os acontecimentos se desenrolam” (Veiga-Neto, 2002: 206). Segundo Veiga-Neto, a partir da modernidade acontecem dois tipos de transformações nessa relação espaço/tempo: por um lado, uma compressão (ou fusão) espaço-temporal em que o mundo parece cada vez menor (encurtam-se as distâncias geográficas) e o tempo parece passar cada vez mais rápido; por outro lado, há uma abstração do espaço e do tempo (ao serem esvaziados de seu sentido sensorial imediato) e uma separação entre eles. Dessa forma, tempo/espaço vêm sendo “percebidos e vividos/manipulados como entes abstratos, impessoais, universais, transcendentais” (Veiga Neto, 2002: 208). De diversas formas, desde o século XIII, os mecanismos de contar o tempo —especialmente o relógio mecânico— vêm sendo utilizados como estratégias de captura e uso do tempo para inscrição e regulação dos ritmos

³ Utilizaremos a expressão tempo/espaço, pois consideramos tempo e espaço indissociáveis, embora concordemos que apresentem algumas singularidades. Estamos entendendo que, ao discutirmos espaço, estamos discutindo-o ao longo do tempo, assim como, ao discutirmos tempo, estamos discutindo-o no seu desenrolar num espaço, já que “o tempo só pode ser percebido espacialmente” (Veiga-Neto, 2002: 207).

orgânicos dos corpos e das vidas no processo vertiginoso de industrialização das sociedades ocidentais (Mumford, 1994 *apud* Sibilia, 2002). Assim, as configurações espaço-temporais têm sido experienciadas distintamente ao longo dos períodos históricos da humanidade. Elas carregam uma história que, ao ser percorrida, pode nos mostrar que não existe “um sentido único e objetivo de tempo e de espaço com base no qual possamos medir a diversidade de concepções e percepções humanas” (Harvey, 2001: 189). Nesse sentido, Varela (1996) considera essas categorias como noções que servem de marco para a organização da experiência coletiva e individual, variando em função das culturas e épocas históricas. Hoje, num período de transição marcado pela passagem para o pós-industrial e a globalização, novas tecnologias, especialmente as informáticas e digitais, emergem borrando as fronteiras espaço-temporais e possibilitando a coexistência de diferentes configurações. Articulando-se aos “velhos” mecanismos –seriais, fechados, geométricos, analógicos–, os digitais –flexíveis, fluidos, abertos, mutantes, ultra-rápidos– atravessam simultaneamente os espaços e tempos, buscando absorver o “fora” de forma mais sutil e invisível (Sibilia, 2002).

Nesse sentido, tempo/espaço podem ser vistos como categorizações coletivas que “estão relacionadas de algum modo com as formas de organização social e, mais concretamente, com as formas que o funcionamento do poder e do saber adotam em cada sociedade”, não sendo, assim, nem universais, nem neutras, mas marcadas por coerções, negociações e conflitos (Varela, 1996: 74). As configurações espaço-temporais, ao articularem discursos, instituições, conhecimentos, procedimentos, tecnologias, relações de poder, apresentam uma dimensão produtiva, ou seja, atuam como dispositivos⁴ de enquadramento/posicionamento dos sujeitos e dos saberes, produzindo determinados modos de compreender, constituir e agir em relação ao mundo. Ao dizer que essas configurações são construções processadas na(s) cultura(s), não pretendemos discuti-las sob a ótica da física ou da filosofia, mas a partir de uma perspectiva culturalista em que essas noções são vistas como resultantes de processos sócio-históricos que as naturalizaram a ponto de hoje estarem incorporadas às nossas ações diárias, configurando-as.⁵

⁴ Estamos utilizando o termo dispositivo num sentido foucaultiano, ou seja, uma rede de elementos heterogêneos, o dito e o não dito, que se articulam para atingir uma função estratégica dominante (Foucault, 1988b).

⁵ Nos contrapomos aqui à perspectiva realista de conhecimento –compartilhada pelo humanismo tradicional e pelo tecnicismo e amplamente discutida e criticada por autores como Roland Barthes, sociólogo e filósofo francês–, cuja eficácia depende sobretudo do fato de conseguir “ocultar os artifícios, os dispositivos de sua construção, as convenções, os códigos dos quais depende para dar precisamente a impressão de realidade” (Silva, 1999: 15).

Com esse estudo, buscamos desnaturalizar as formas pensar o tempo /espaço que funcionam em um laboratório de pesquisa, mostrando e analisando alguns aspectos de sua construção e obscurecimento.⁶ Além disso, analisamos como tais entidades móveis, dinâmicas e fluidas, ao se articularem a outros elementos, integram os processos implicados na constituição de determinadas subjetividades nesse laboratório.

Para tanto, num olhar genealógico,⁷ procuramos discutir o funcionamento das configurações espaço-temporais e os seus efeitos, no presente, a partir de um estudo de cunho etnográfico. Assim, a seguir, na seção “Caminhos ‘etnográficos’ em um laboratório de pesquisa” discutimos a construção de alguns percursos de investigação, sobretudo as conexões que empreendemos entre os aportes teórico-metodológicos que nos têm inspirado e as estratégias de inserção e análise que fomos delineando ao longo do trabalho. Nas duas seções seguintes, denominadas “Fragmentos 1: o despertar do laboratório” e “Fragmentos 2: uma profusão de movimentos”, partimos de narrativas sobre o laboratório para analisar diversas estratégias de ordenação como: a marcação territorial (através da inclusão de objetos e das formas de compor os espaços), os lugares/não-lugares caracterizados pelo uso e construção compartilhados dos espaços/tempos (lugares não-territorializáveis de uso coletivo e circulação rápida), as rotinas de laboratório, o funcionamento de diferentes tecnologias (informáticas, digitais e de telecomunicação), além das formas presenciais ou não de governo (hierarquizações, vigilâncias e produtividade).

CAMINHOS “ETNOGRÁFICOS” EM UM LABORATÓRIO DE PESQUISA

Para a realização desse trabalho sobre/no cotidiano de um laboratório, buscamos alguns aportes na antropologia contemporânea, nos procedimentos

⁶ Latour (2001), ao discutir o papel mediador das técnicas e o entrelaçamento de tempo e espaço, diz que o *obscurecimento* é uma expressão tomada de empréstimo da sociologia da ciência para designar a maneira como o trabalho científico e técnico torna-se “invisível” em decorrência de seu próprio êxito, transformando-se numa “caixa-preta”. Nesse processo que torna a produção conjunta de atores e artefatos inteiramente opaca, as entidades “permanecem em silêncio, como se não existissem, invisíveis, transparentes, mudas, trazendo para a cena atual a força e a ação de quem atravessou milênios” (Latour, 2001: 213), o que não significa que não estejam agindo ou que não mediem ações.

⁷ Referimo-nos à história genealógica proposta por Nietzsche, e discutida por Foucault (1988a), centrada nas noções de *proveniência* e *emergência*. A *proveniência* designa as condições de possibilidade ou os acontecimentos (circunstâncias e incidências) através dos quais determinados conceitos, idéias e práticas se formaram, mostrando sua heterogeneidade, sua descontinuidade, sua fragmentação; enquanto que a noção de *emergência* refere-se ao ponto de

metodológicos ligados à etnografia.⁸ Estamos entendendo a etnografia como o estudo *in situ* de determinada cultura e sua (re)construção, resultando na criação de um texto –perpassado por relações de poder e regimes de verdade– que mescla experiência e interpretação das vivências na pesquisa de campo e no contexto da escrita (Malinowski, 1976 *apud* Caldeira, 1988). Nessa perspectiva, a etnografia busca, segundo Gottschalk (1998), em vez de uma descrição exaustiva ou de uma redação diferenciada da “realidade” cultural de um grupo, uma evocação da experiência cotidiana em/de uma determinada cultura, no intuito de promover sua compreensão através de elementos não transcendentais, já que ultrapassa as tarefas essenciais de coleta, organização, interpretação, validação e comunicação dos “dados”.

Além disso, esse tipo de metodologia requer que seu autor permaneça constantemente e criticamente atento às questões e categorias de análise que vão emergindo no decorrer do trabalho, o que marca sua presença tanto no trabalho de campo quanto na construção da escrita. Pensar de modo interrogativo e crítico a respeito de nossas posições enquanto observadores, pesquisadores e autores constitui uma das características da etnografia pós-moderna enquanto processo: a auto-reflexividade. Trata-se de uma auto-reflexão que diz respeito à escolha do lugar, métodos, voz política, estratégias textuais, reivindicações de autoridade, movimentos retóricos, e assim por diante (Malinowski, 1976 *apud* Caldeira, 1988). Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, uma vez que, ao contrário das abordagens “realistas” em que o autor procura ocultar-se no texto, precisamos nos inserir de forma a mostrar as limitações de nossas análises e o quanto “o outro que está presente no texto sempre é uma versão do eu do pesquisador” (Denzin, 1994 *apud* Gottschalk 1998: 210). Desse modo, entendemos que nossas evocações e análises estão permeadas pelas vivências e construções que aconteceram e acontecem durante o trabalho, estando ligadas às diferentes posições e posturas que vamos assumindo e que nos constituem cotidianamente. Nessa direção, Caldeira (1988) coloca que o autor etnográfico contemporâneo “tende a rejeitar as descrições holísticas, se interroga sobre os limites da sua capacidade de conhecer o outro, procura expor no texto as suas dúvidas e o caminho que o levou à interpretação, sempre parcial” (Caldeira, 1988: 133).

Chamamos a atenção para esses aspectos envolvidos na atividade de obser-

surgimento, à entrada em cena de forças, seu jogo casual de dominações, seu combate, um lugar (ou mesmo um “não-lugar”) de afrontamento em que ninguém pode ser responsabilizado ou glorificado por determinado acontecimento.

⁸ Aludimos à antropologia contemporânea de influência pós-moderna e pós-estruturalista, em especial aos trabalhos de Caldeira (1988), Geertz (1989, 2001) e Gottschalk (1998).

var e escrever sobre determinado grupo (e suas práticas) no intuito de mostrar o quanto esse fazer resulta de um processo parcial (e não neutro), em que reconstruções e posicionamentos vão acontecendo ao longo do trabalho (e não *a priori*), tornando-se provisórios, móveis e fluidos. Portanto, para Geertz (2001), nesse tipo de estudo “produz-se menos uma posição, uma visão permanente e cumulativa sobre uma série fixa de questões, do que uma série de posicionamentos –argumentos variados para fins variados” (Geertz, 2001: 10). Significa dizer que, enquanto pesquisadores/as, integramos uma política que mescla processo e produto, cuja mistura só é possível *no acontecimento*. Nós nos transformamos no acontecimento, assim como o transformamos. Por isso não cabe perguntar: *é/foi* isso mesmo o que acontece/aconteceu? O acontecimento é sempre algo aberto, é sempre um devir.

Nosso *locus* de investigação tratou-se de um laboratório de pesquisa em bioquímica constituído por cerca de 20 pesquisadores, incluindo alunos de iniciação científica (estudantes de graduação dos cursos de medicina, farmácia, biologia, psicologia, química, etc.) e de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), orientadores e coordenador (professores e doutores), técnicos (apoio técnico) e voluntários. Esse laboratório integrava um grupo de pesquisa mais amplo, do qual também fazia parte o laboratório vizinho, totalizando cerca de 50 pessoas.

O grupo de pesquisa do qual faz parte o laboratório analisado, cuja temática de investigação em neurociências denomina-se “Sistema glutamatérgico e purinérgico: injúria cerebral, neuroproteção e marcadores periféricos”, integra o Departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.⁹

A criação desse grupo aconteceu em 1991, mas sua história vem sendo constituída, como relata o coordenador do grupo,¹⁰ por “uma longa experiência dos seus integrantes em Neurociências”, particularmente o seu percurso de pesquisa. Segundo ele:

Em 1987 e 1988, fui convidado como Professor Visitante no Laboratório de Neurobiologia, Instituto de Biologia Molecular, da Universidad Autónoma

⁹ A referida Universidade localiza-se na região sul do Brasil, mais especificamente na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰ As citações que aparecem aqui são trechos retirados de um texto redigido pelo coordenador em resposta aos nossos questionamentos em relação à história de seu grupo de pesquisa (realizado a partir das seguintes perguntas: Aonde se insere o grupo? Qual é sua história? Como e por que surgiu? Em que contexto e com que propósitos? Qual é a posição do grupo em relação a outros grupos de pesquisa? Os temas gerais de pesquisa foram mudando ao longo do tempo? Por que?).

de Madrid. A partir desta experiência, comecei a estudar processos de injúria cerebral envolvendo o sistema glutamatérgico, mecanismos de neuroproteção e marcadores periféricos de doenças cerebrais e de eficácia de procedimentos neuroprotetores. Esta abordagem continua até hoje e envolve estudos básicos (com animais) e aplicados (com humanos). Quando eu retornei [...], continuei estes estudos, incorporando alunos de graduação e pós-graduação.

Desde o seu início, o grupo vem estabelecendo diversas relações científicas com outros pesquisadores pertencentes a grupos e departamentos da instituição e de outras universidades nacionais e internacionais (da Espanha, Portugal e Estados Unidos). Essas interações têm contribuído para a construção de novas abordagens de pesquisa, sobretudo associadas à área de neuroquímica básica, aos efeitos neurotóxicos dos metais no organismo e perspectivas terapêuticas, à psiquiatria e à farmacêutica clínica.

Além disso, diversos alunos que realizaram parte de sua formação/pós-graduação no grupo migraram para outras instituições (no Brasil e no exterior) nas quais, hoje, alguns atuam como professores e pesquisadores. Segundo o coordenador, esses movimentos de colaboração com outras universidades foram fundamentais para a ampliação da importância do grupo. É importante notar, também, que vários desses pesquisadores permanecem vinculados ao grupo auxiliando nas pesquisas informalmente ou como orientadores em determinados temas.

A inserção espaço-temporal do laboratório parece estar atrelada, portanto, a aspectos como a formação e o percurso de seus pesquisadores, as contribuições temáticas, técnicas e cognitivas dos novos integrantes, as interações com outros grupos de pesquisa regionais, nacionais e internacionais, entre outros. Como efeito desses processos tem-se, na visão de seu coordenador, uma situação bastante favorável do grupo no cenário científico, como ele explicita:

Dentro do contexto regional, nacional e internacional, nosso grupo tem amplo reconhecimento da comunidade científica, baseado no grande número de publicações em revistas internacionais de alto índice de impacto, nas citações na literatura especializada dos nossos artigos científicos, no convite para membros do nosso grupo serem avaliadores de artigos científicos e no convite para participar como palestrante em eventos científicos nacionais e internacionais. Atualmente, conseguimos manter todas estas interações cada vez mais fortes, e cada vez mais se incorporam promissores pesquisadores ao grupo, que pelos parâmetros de avaliação da CAPES¹¹ é um dos mais produtivos cientificamente e na formação de recursos humanos do Brasil.

¹¹ A sigla CAPES refere-se à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Na perspectiva dos estudos de cunho etnográfico, acompanhamos, durante dois meses, os movimentos de alguns dos pesquisadores e práticas que constituíam o cenário de acontecimentos desse laboratório de pesquisa em bioquímica, ou seja, a diversidade de espaços físicos, as rotinas e ritmos diários, os diferentes tipos de relações entre os sujeitos e como os espaços/tempos funcionavam/dinamizavam circunscrevendo-os. Foram realizados vários tipos de registros dessas experiências como anotações de entrevistas com integrantes do laboratório, de conversas que tivemos com os pesquisadores e que presenciamos, descrições e narrações do cotidiano do laboratório e dos seminários de grupo,¹² representações e registros fotográficos dos espaços, entre outros. A esses registros acrescentamos impressões, dúvidas, questões e maneiras de ver que foram permeando o estudo e compondo o diário de campo, configurado como um texto múltiplo e aberto. Assim, foi a partir da articulação entre os registros presentes no diário de campo e os estudos de cunho teórico que construímos as narrativas que compõem o presente texto.

No que diz respeito à escolha do laboratório, houve pelo menos dois elementos determinantes. Um era o interesse do coordenador do laboratório em discutir as práticas que aconteciam ali. Tendo em conta esse aspecto, passamos a atentar para características como tamanho e perfil de grupo, interações com outros laboratórios de pesquisa, dinamismo nas relações entre pesquisadores, receptividade e interesse em relação à nossa pesquisa, entre outros. O outro determinante dessa escolha decorreu de um seminário de discussão com os integrantes do laboratório, anterior ao início das observações. Naquele momento, foram apresentadas as propostas e estratégias da nossa imersão e pesquisa no laboratório. Começava ali a ser delineado o lugar da observação (do observador e observados); no entanto, mesmo que a maioria do grupo tivesse demonstrado interesse e consentido a realização da pesquisa, alguns manifestaram preocupações em torno de uma possível conotação avaliativa, do acompanhamento das análises e das falas que estavam sendo registradas.

Entretanto, já no primeiro dia de observações, nos deparamos com algumas dificuldades, como a ausência de um lugar “seguro”, seja físico, seja de pertencimento, na medida em que não fazíamos parte daquela circunstância. Todos os lugares estavam ocupados, os territórios, demarcados. Os espaços engendravam uma ordem que parecia não poder ser quebrada e que, se o fosse, chamaria atenção para quem pretendia diluir-se no grupo. A “simples” presença de alguém que não pertencia àquele contexto marcava a diferença, a estranheza, o não-pertencimento. Qualquer olhar mais atento despertava constrangimentos e desconfianças. Ser observado pressupunha, literalmente,

¹² Alguns seminários de grupo foram gravados em fitas-cassete e transcritos posteriormente.

uma invasão. A invasão de um estranho no grupo, talvez de um possível “inimigo”, no sentido de ser alguém que poderia ameaçar a ordem ou os preceitos em vigor ali (mesmo que em um seminário tivéssemos exposto para o grupo as intenções dessa inserção). Schütz, ao discutir o efeito da chegada de um estranho, comenta sua semelhança com:

[...] o impacto de um terremoto... O estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária. Ele vem de longe; não partilha as suposições locais –e, desse modo, “torna-se essencialmente o homem que deve colocar em questão quase tudo o que parece ser inquestionável para os membros do grupo abordado (Schütz, s/d *apud* Bauman, 1998: 19).

Entretanto, no caso do nosso trabalho seria importante marcar algumas diferenças em relação ao impacto causado pelo estranho/observador, sobretudo porque a posição de estranho aqui precisa ser relativizada. De que observador estamos falando? Um antropólogo, por exemplo, que se introduz numa tribo cuja cultura difere fundamentalmente da sua, causa um determinado tipo de “impacto”. Já um observador que se insere num laboratório de pesquisa, tendo ele mesmo toda uma formação acadêmica e científica, talvez cause um impacto de outra ordem e intensidade. O pesquisador em questão partilha significados, entende alguns códigos e condutas, identifica-se, em certa medida, com os sujeitos que estão sendo observados. Sua invasão no laboratório se faz de forma “mais suave”, “mais silenciosa”, “menos impactante”; ao pertencer a “mesma cultura” provavelmente os pesquisadores observados sintam-se menos “ameaçados” por sua presença, o que não significa dizer que efeitos não estejam sendo gerados. Ao contrário, percebemos diversas atitudes que demonstravam o quanto e como éramos percebidos por eles.

A esse respeito, conversas com alguns integrantes do grupo mostraram sentimentos de desconforto pela nossa presença, seja por suporem que suas ações estavam sendo julgadas, seja por se sentirem examinados. Isso pode ser visto nos comentários de um pesquisador que, durante as práticas de observação, se utilizou de estratégias de resistência:

*Eu não me sinto muito bem com alguém me observando, parece que estou sendo constantemente vigiado...*¹³

¹³ Os trechos colocados em itálico (cursiva) foram baseados nas anotações de campo e descrições feitas durante as observações, servindo aqui, como ilustrações do que será discutido mais adiante no texto. Da mesma forma, há trechos entremeados no texto que exemplificam situações, disposições e funcionamentos do laboratório.

Eu não estava acreditando que fosses anotar tudo o que fazemos aqui... Eu me sinto como uma cobaia, um rato!

Diante dessas práticas de observação, registro e vigilância do “etnógrafo”, tornaram-se visíveis as tentativas ou de resistência, como as mudanças nas condutas e conversas, ou de mostrar a “verdade mesmo” daquilo que estava sendo realizado, por exemplo, ao nos chamarem para explicar e expor os procedimentos que estavam sendo executados. Esses acontecimentos evidenciam que as inserções produzem efeitos, tanto nas práticas das pessoas observadas, quanto nas dos observadores. Relativizando essas posições, Geertz (2001) considera que um dos trabalhos da etnografia é, justamente,

[...] proporcionar, como a arte e a história [deveriam], narrativas e enredos para redirecionar nossa atenção, mas não do tipo que nos torne aceitáveis a nós mesmos, representando os outros como reunidos em mundos a que não queremos nem podemos chegar, mas narrativas e enredos que nos tornem visíveis para nós mesmos, representando-nos e a todos os outros como jogados no meio de um mundo repleto de estranhezas irremovíveis que não temos como evitar (Geertz, 2001: 82).

Nessa direção, de mostrar para o grupo aquilo que víamos e pensávamos e de trazermos para a pesquisa seus entendimentos do que ocorria no cotidiano do laboratório, foram realizados seminários que poderiam dar voz aos pesquisadores. Nesses momentos, foram discutidos os dados que estavam sendo coletados e aquilo que depreendíamos dos mesmos. Essas situações criaram condições tanto para os integrantes do grupo pensarem, compartilharem e problematizarem práticas habituais, quanto para o nosso gradativo pertencimento ao laboratório. Nesse jogo interativo, o acompanhamento do grupo foi sendo admitido/rejeitado de diferentes formas tanto no laboratório como nos seminários de grupo. Esse movimento de “aceitação” pode ser visto no comentário daquele pesquisador mencionado acima que, inicialmente, se sentia bastante desconfortável com o nosso trabalho de observação:

Agora eu não me importo mais, tu já fazes parte da equipe!

Ao mesmo tempo, os mecanismos de resistência tornavam-se visíveis nas condutas daqueles integrantes que assumiam a posição de nos “observar” ou, ainda, de outros que tentavam “fugir” da observação deslocando-se constantemente.

Essa experiência num laboratório mostra que nossa inserção/exclusão

modifica e constitui condutas, lugares, ritmos, configurando relações; assim, mais do que narrarmos ou interpretarmos situações, passamos a integrar as condições daquilo que acontece ali. Tal entendimento coloca em questão tanto a posição do pesquisador como um ator neutro, quanto da possibilidade da narrativa apresentada nesse texto vir a ter um caráter universalizante.

A seguir, então, passamos a descrever e contar as disposições espaço-temporais que vão configurando o laboratório no transcorrer de fragmentos do tempo.

FRAGMENTOS 1: O DESPERTAR DO LABORATÓRIO

Uma manhã de segunda-feira

7h50min:

As amplas janelas envidraçadas do laboratório encontram-se fechadas. A luz difusa da manhã atravessa as persianas, revelando as que se encontram danificadas e a predominância monocromática do mobiliário e das paredes. Alguns detalhes em madeira castanho-escura, nas bancadas sobressaem-se da cor bege ofuscante. Uma multidão de frascos de vidro translúcido de diversos tamanhos repousa sobre a estante da bancada central. Estão repletos de inscrições: letras, nomes, números. Muitos equipamentos encontram-se distribuídos sobre as duas bancadas laterais: pequenos refrigeradores, agitadores, banhos-marias, balanças, medidor de pH, centrífuga, bomba de vácuo... A presença de instrumentos cirúrgicos e de uma guilhotina manual indica que se lida ali com organismos vivos/mortos. Caixas plásticas vazias,¹⁴ que já abrigaram ratos e camundongos durante suas vidas, estão agora esquecidas e empilhadas em um canto. No ar, misturam-se, ainda, odores de urina e fezes dos animais. Bancos altos e pretos parecem ter sido deixados às pressas no meio do caminho, como se alguém recém os tivesse usado. O piso verde-escuro e opaco parece estar coberto por uma fina camada de pó que lhe confere uma aparência adormecida. Nas quatro mesas de estudo, localizadas logo abaixo das janelas, pilhas de papéis e livros e objetos pessoais –exuberantes violetas-africanas, porta-retratos com imagens de familiares e amigos, enfeites decorativos, cartões postais, xícaras de chá e café, cuia e bomba de chimarrão,¹⁵ etc.–, além de calendários, artigos científicos, calculadoras e outros utilitários de escritório. Na parede oposta às janelas, três microcomputadores alinham-se

¹⁴ Essas caixas são utilizadas como caixas-moradia para ratos e camundongos e apresentam uma forração de serragem (que é periodicamente trocada) cobrindo o fundo e uma grade de metal que não permite a saída dos animais e sobre a qual são colocados frascos contendo água e ração em blocos cilíndricos.

¹⁵ Um dos elementos simbólicos da cultura gaúcha (do Rio Grande do Sul, Brasil) vem a ser o hábito de tomar chimarrão –infusão preparada com erva-mate– durante o dia e, especialmente, após as refeições. O recipiente onde se prepara e toma o chimarrão denomina-se cuia e a mistura é sorvida através da bomba.

formando uma espécie de nicho. Nessas disposições, mesmo na sua ausência, a marca humana inscreve lugares; no entanto, se faz mais presente ainda pelo ruído de fundo da centrífuga posta em funcionamento. Alguém a está usando e, provavelmente, voltará em breve... A centrífuga passa a emitir repetitivos avisos sonoros...¹⁶

8h12min:

A pesquisadora A¹⁷ irrompe o laboratório,¹⁸ atravessando apressadamente o espaço... A parece ter vindo do laboratório vizinho (também pertencente ao mesmo grupo de pesquisa), aproveitando a disponibilidade nesse horário da manhã. Ela sai e retorna algumas vezes para controlar o tempo de centrifugação de suas amostras, sem deter-se no fato de estar sendo observada. Nesse ir e vir, ela busca, em uma das bancadas, alguns tubos de ensaio e pipetas graduadas. Novos sinais sonoros... A retira suas amostras da centrífuga, levando-as em seguida. A partir de então, o laboratório permanece em silêncio por alguns minutos...

Esses momentos do amanhecer do laboratório poderiam levar-nos a pensar e a enxergar um espaço “vazio”, quase desprovido de vida. Entretanto, “o vazio do lugar está no olho de quem vê” (Bauman, 2001: 122), pois com um olhar mais atento e interessado, percebemos que outras pessoas se fazem intensamente presentes na disposição de seus objetos, aparelhos e mobiliários. Ali se criam inúmeras formas de marcação territorial que, mais do que simples *usos* dos espaços, atuam como estratégias de espacialização que pretendem a ordenação, no mínimo, de “pequenos” espaços.

Essa busca pela ordenação presente no laboratório ocorria, principalmente, através da disposição de objetos de cunho pessoal (portadores de fotografias, vasos com plantas, objetos decorativos, livros, utensílios, lembranças de viagens), usados como estratégias de territorialização. No entanto, essa prática era privilégio de determinados integrantes que ocupavam posições hierárquicas no grupo (como alguns doutores, doutorandos e mestrandos e parte de seus respectivos bolsistas). Isso podia ser visto na ocupação das mesas de estudo do laboratório: as únicas quatro eram ocupadas por cerca de metade dos vinte integrantes. Essa marcação territorial es-

¹⁶ Esses sinais sonoros emitidos pelo aparelho indicam que as centrifugações programadas já foram finalizadas.

¹⁷ Estaremos omitindo os nomes das pessoas envolvidas, a fim de mantê-las anônimas, substituindo-os por letras maiúsculas em ordem alfabética.

¹⁸ A pesquisadora em questão pertence a um grupo que trabalha no andar inferior do departamento e está fazendo a maioria das técnicas necessárias ao seu projeto nesse grupo de pesquisa. Ela argumenta que realiza a maior parte de suas técnicas experimentais nesse laboratório porque nele há pessoas que as dominam bem e que, do contrário, ela levaria muito tempo para aprendê-las, “desperdiçando tempo de pesquisa”.

tava centrada basicamente em cinco pessoas: dois doutores/professores, dois doutorandos e um mestrando. As demais pessoas “autorizadas” a utilizarem esses espaços eram aquelas que participavam, via de regra, dos projetos desses pesquisadores, atuando como bolsistas de iniciação científica, voluntários, técnicos e mestrandos.

Tais fragmentações do laboratório em pequenos nichos talvez evidenciem tentativas de constituir micromundos governáveis, de se obter autonomia territorial, trazendo segurança e afastando riscos. De certa forma, segundo Bauman (2001),

escavar um nicho implica, acima de tudo, separação territorial, o direito de um “espaço defensável” separado, espaço que precisa de defesa e é digno de defesa precisamente por ser separado, isto é, porque foi cercado de postos de fronteira que permitem a entrada de pessoas “da mesma” identidade e impedem o acesso de quaisquer outros (Bauman, 2001: 124).

A delimitação desses microterritórios protegidos zelosamente permite que alguns propósitos sejam alcançados: o que é visto como caos é enxotado para fora do portão e a ordem pretendida é estabelecida (Bauman, 1999). Para o autor, ainda, significa dizer que

a autonomia territorial e funcional produzida pela fragmentação dos poderes consiste primeiro e acima de tudo no direito de não olhar para além da cerca e de não ser olhado de fora da cerca. Autonomia é o direito de decidir quando manter os olhos abertos e quando fechá-los, o direito de separar, de discriminar, de descansar e aparar (Bauman, 1999: 20).

Entretanto, essa autonomia territorial e funcional só faz sentido quando vemos o mundo com os “olhos” da modernidade, pois a “autonomia das localidades e funções não passa de uma ficção”, os múltiplos espaços/tempos em funcionamento não podem ser seguramente manejáveis (Bauman, 1999: 21). A busca pela ordem parece estar relacionada, portanto, a uma tentativa de classificar e dar uma estrutura ao mundo, nesse caso, ao mundo do laboratório, mesmo na ausência física das pessoas. Também é moderna a própria separação (ou bifurcação) entre ordem e caos, na medida em que representa “a luta da determinação contra a ambigüidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da transparência contra a obscuridade, da clareza contra a confusão” (Bauman, 1999: 14). Aqui a ordem pode ser entendida como conceito, visão, estratégia, como forma de distinção e controle do caos. Desordem/caos são vistos como algo que deve ser, assim como a natureza, dominados, subordinados, remodelados de forma a se reajustarem às necessidades humanas, “al-

go a ser reprimido, refreado e contido, a resgatar do estado informe e a dar forma através do esforço e à força” (Bauman, 1999: 15). Essa tentativa de demarcação de território como estratégia de ordenação tornou-se visível, por exemplo, quando, num seminário de grupo, o coordenador comunicou as novas regras para o uso dos computadores. O nicho dos computadores caracterizava-se por uma utilização coletiva por parte dos pesquisadores, tanto do laboratório, quanto de outros, o que gerou, segundo o coordenador, problemas de diferentes ordens como a quantidade excessiva de arquivos e instalações de programas (sendo alguns incompatíveis), a presença de vírus, entre outros, assim como um aumento na utilização dos computadores reservados à coordenação. Isso levou à instituição de novas regras (como a gravação de arquivos pessoais somente em discos flexíveis) e à nomeação de responsáveis pelo gerenciamento dos usos relativos a cada máquina e pelas senhas de acesso. Ao serem agregados outros inscritesores –novas tecnologias da comunicação– àqueles que atuavam no laboratório –equipamentos e procedimentos que constituem os experimentos–, criaram-se diferentes problemas e necessidades que passaram a exigir a integração de um outro ator à rede do laboratório, nesse caso, um especialista em informática.

Retomando a discussão da dicotomia ordem/caos, para Bauman (1999), esta também faz parte do pensamento moderno porque precisa ser produzida e sustentada por projetos, manipulações, administrações e planejamentos, ações que são orquestradas por agentes capazes (leia-se aqui pesquisadores) –que possuem conhecimentos, habilidades e tecnologias– e soberanos. Para o autor, ordenar significa manipular probabilidades, tornar alguns eventos mais prováveis que outros, limitar ou eliminar a casualidade dos eventos, do caos (Bauman, 2001). A ordem pode ser entendida como um meio regular e estável para os atos cotidianos, “um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita –de modo que certos acontecimentos sejam altamente prováveis, outros menos prováveis, alguns virtualmente impossíveis” (Bauman, 1998: 15). Nessas circunstâncias, sentimo-nos seguros para agir, para prever acontecimentos, para estruturar ações. A seguir, trazemos fragmentos de narrativas que ilustram as tentativas de alguns pesquisadores para manter a ordem nos seus “nichos” de trabalho:

D e F conversam sobre um artigo de sua autoria que está sendo revisado por F. Ambos fazem alterações, lêem alguns parágrafos e suprimem outros, discutem o que deveria entrar na introdução do trabalho e que algumas explicações (como sobre os mecanismos de funcionamento dos receptores de adenosina) são conhecidas por todos e, por isso, não precisam ser incluídas.

Enquanto fazem isso, D realiza mais buscas de artigos na web, saindo do laboratório em seguida. Enquanto isso, F vai algumas vezes até sua mesa buscar alguns artigos e anotações e retorna ao computador. Transcorridos vinte minutos, D volta e encontra o computador que usava ocupado pela colega G que, recém-chegada, confere seus e-mails. D permanece ao seu lado, sentado em frente ao computador em que estava C (que nesse momento não se encontra mais no laboratório), esperando que G desocupe o aparelho. Um outro colega do laboratório vizinho aproxima-se para perguntar-lhe sobre os resultados obtidos com determinados ratos que foram convulsionados (e seus mecanismos de neuroproteção), retirando-se logo depois. A libera o computador e sai do laboratório. D reinicia sua pesquisa de artigos na web e trabalha em alguns arquivos. Antes de sair novamente, D solicita a todos, um tanto irritado, que não fechem seus arquivos novamente, pois continuará trabalhando. Retorna em oito minutos. Permanecendo no computador, D conversa com C, com quem havia planejado as atividades do dia no início da manhã e que agora se encontra na bancada central preparando o material necessário à realização de experimentos. É muito comum ver os pesquisadores organizando seus “nichos” de trabalho sobre a bancada central: todo o material que será usado é disposto de forma específica e bem ordenada, delimitando uma pequena área (ou, às vezes, toda a extensão da bancada) que é respeitada por todos. D e C discutem sobre algumas técnicas de trabalho durante dez minutos. D termina a busca que fazia no computador e sai mais uma vez do laboratório. Quando volta, encontra o “seu” aparelho novamente ocupado. Contrariado, resolve esperar enquanto utiliza o computador ao lado onde decide permanecer por quinze minutos realizando mais algumas buscas de artigos. Depois, muda de computador, usando dois deles ao mesmo tempo por pouco mais de meia hora.

Além dos pesquisadores já mencionados que integravam o grupo, cujo *status* (marcado pela titulação, pelo vínculo institucional, pelo conhecimento e publicações no campo) dava-lhes autoridade para demarcar territórios, havia outros, principalmente bolsistas de iniciação científica e voluntários que, na posição de aprendizes, muitas vezes provisórios, não tinham um espaço demarcado. Para os seus objetos pessoais (pastas, bolsas e casacos), não havia um lugar “fixo”, restando-lhes um armário aéreo e uma pequena mesa (posicionados ao lado dos computadores), espaços coletivos para os transeuntes, onde, em diversos momentos, os objetos empilhavam-se. Nesse posicionamento territorial, para os corpos em trânsito não havia lugar, nem para eles, muito menos para os seus pertences, especialmente para aqueles de cunho pessoal. Essa marcação hierárquica dos territórios parecia estar associada, assim, à transitoriedade desses integrantes, cujos “laços” com o grupo configuravam-se, geralmente, como tênues, provisórios e rotativos, uma vez que havia tanto uma intensa substituição desses profissionais, quanto um breve

período diário de permanência. Os espaços a eles destinados traziam a marca dos “sem lugar”, onde há dispersão suficiente para impossibilitar a criação de fronteiras bem definidas ou “nichos seguros” que demarquem pertencimentos. Esses espaços funcionavam como não-lugares caracterizados pelo uso e reconstrução compartilhados dos espaços/tempos, lugares não-territorializáveis de uso coletivo e circulação rápida. Essas categorias de espaços –os não-lugares– segundo Bauman (2001), desencorajam a idéia de “estabelecer-se”, tornando a colonização ou a domesticação do espaço quase impossível. Para Augé (2003), esse tipo de lugar “nunca existe sob a forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele” (Augé, 2003: 74).

Em relação às marcações territoriais que atuavam em torno das mesas e nas salas de coordenação, chamou-nos a atenção a presença das imagens fotográficas dispostas pelos/as pesquisadores/as independente dos seus gêneros. No entanto, as imagens selecionadas atendiam a determinados padrões: as das mulheres traziam especialmente cenas de família e de animais de estimação, onde apareciam seus filhos, cães, etc.; enquanto as dos homens apresentavam sobretudo cenas relacionadas ao trabalho como viagens a congressos, momentos com os colegas-pesquisadores, etc. Para Ferreira (1995), “mais do que objeto de adorno ou decoração –fazendo um elo entre duas imagens, duas temporalidades– a fotografia secciona um fragmento de tempo significativo e, ao mesmo tempo, remete ao presente” (Ferreira, 1995: 421-422). Nesse sentido, as imagens fotografadas, mais do que o mimético instantâneo da realidade ou evocadoras de memórias, ao portarem cenas e pessoas em outros momentos, articulam no presente, o passado, configurando outros espaços/tempos (Ferreira, 1995). Além disso, as imagens fotográficas ali representadas funcionavam como marcadores identitários, na medida em que traziam para o espaço do laboratório situações e pessoas, às quais eram atribuídos determinados significados. Em nossas experiências diárias, não importando quais sejam, carregamos e usamos, em nossos corpos e ações, múltiplos marcadores –adornos, vestuários, estilos de viver, comportamentos, rituais, vocabulários, maneiras de pensar, etc.– que nos identificam/diferenciam e posicionam enquanto pesquisador/a, pai/mãe, filho/a, professor/a, médico/a, biólogo/a, farmacêutico/a...

Nessa direção, para Elias (1994), “o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas”, relações essas que têm uma história própria marcada por dependências e, num contexto mais amplo, relacionada à história de toda a rede humana em que esses indivíduos nascem e vivem (Elias, 1994: 26). É a partir da história dessas relações que o indivíduo adquire sua marca individual, sua existência mais fundamental. Além disso, essa história e essa rede humana estão presentes nos

indivíduos e são representadas por eles quer estejam se relacionando com os outros ou sozinhos, pois trazem essas marcas nos seus comportamentos, desejos e projetos, enfim, no que estão sendo diariamente (Elias, 1994: 26). Nesse sentido, mesmo pessoas aparentemente desvinculadas estão ligadas umas às outras por laços invisíveis, “sejam esses laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos” (Elias, 1994: 22). Nas relações entre os indivíduos, numa sociedade, exercem-se funções, como amigo/a ou inimigo/a, pai ou mãe, filho/a, pesquisador/a, professor/a, estudante, etc., que só são possíveis porque dizem respeito aos outros, porque se exercem de um indivíduo para outros indivíduos, sem, no entanto, serem fixas, uma vez que se modificam conforme as circunstâncias e as interdependências entre eles. Assim, aquilo que os pesquisadores “trazem” de sua trajetória de vida para o laboratório tanto depende das funções que desempenham numa rede mais ampla, como se constitui e modifica nas relações cotidianas emocionais, profissionais, condicionadas por uma série de atitudes recíprocas que formam um tecido interativo modificável. Isso quer dizer que ninguém ou nada tem a capacidade de direcionar ou manipular individualmente esses processos de integração e diferenciação, pois sua direção, sua configuração dependem das interações, atuais e anteriores, que se estabelecem entre todas as pessoas que as compõem. No caso do laboratório, as configurações eram constituídas nas interdependências entre os indivíduos que ali atuavam, os bolsistas de iniciação científica, voluntários, técnicos, mestrandos e doutorandos, orientadores e demais pesquisadores, atravessadas por elementos das redes mais amplas trazidos por cada indivíduo.

Assim, como no burburinho das ruas das grandes cidades, em que as pessoas se cruzam perseguindo suas próprias metas e projetos, em que vão e vêm como lhes apraz, não temos também no laboratório uma estrutura estática ou espacialmente fechada (Elias, 1994: 22). Do mesmo modo, no processo de constituição de um grupo criam-se diversos tipos de vínculos –profissionais, afetivos, cognitivos, produtivos, etc.– através dos quais constroem-se pertencimentos e não pertencimentos. Ao mesmo tempo, criam-se normas para regular e ordenar as relações que ali vão se configurando. Uma das estratégias para manter e constituir a conformação do grupo de pesquisa era a disposição hierárquica fixada a partir dos vínculos institucionais (orientador, doutorando, mestrando, bolsista de iniciação científica, etc.). A essa disposição articulavam-se outras formas de relação com o grupo em função tanto da emergência de outros tipos de vínculos cooperativos que transpunham a esfera institucional, quanto pela ausência de limites bem definidos entre alguns vínculos e funções/postos de trabalho. A primeira situação correspondia a, por exemplo, quando alguns pesquisadores participavam in-

formalmente de projetos do grupo (às vezes, conduzindo-os de maneira fundamental), tendo em troca um *locus* para realizar suas pesquisas de interesse. A outra, equivalia a quando graduados que não tinham sido selecionados para o mestrado (no departamento) trabalhavam como técnicos a fim de não perder os vínculos com o grupo e com as pesquisas. Outra modalidade de vínculo estava associada à inserção dos voluntários (em grande parte alunos de graduação de medicina) através da cooperação com o grupo, como podemos perceber nesse comentário feito por um pesquisador:

Alguns voluntários entram no grupo só pensando em melhorar o seu currículo, em ficar no laboratório apenas por isso e depois sair. Esses têm um envolvimento bem menor e menos responsabilidade com o trabalho também. Outros têm mais futuro na pesquisa porque se dedicam mais, têm mais entusiasmo.

Desse modo, mais do que uma dinâmica de trabalho em que uns demonstram maior entusiasmo e interesse do que outros, as “intenções” dos sujeitos podem estabelecer o grau de coesão e identificação de um grupo de pesquisa. Segundo Gibbons *et al.* (1994 *apud* Bianco, 2004), novos núcleos coletivos têm emergido e constituído grupos de investigação de caráter temporal que reúnem pessoas com trajetórias e capacidades díspares e que apresentam baixo grau de institucionalização em função da transitoriedade dos problemas de investigação. Além disso, os autores associam a proliferação desses grupos atualmente à massificação do ensino superior e à profissionalização da investigação. A questão da aprendizagem e formação em pesquisa precisa ser levada em conta também como característica de muitos laboratórios latino-americanos¹⁹ que formam pesquisadores tomando por base uma grande quantidade de alunos de graduação de diversos cursos. Esses vão sendo inseridos no cotidiano de laboratório desde muito cedo, sobretudo como bolsistas de iniciação científica e voluntários, mas, às vezes, também como técnicos. Muitas vezes, em nome da construção de um currículo e possível “carreira” de pesquisador forma-se uma massa de mão-de-obra barata e gratuita. No grupo observado, a abundância de alunos de graduação, os quais perfaziam mais da metade do grupo, era tal que nos períodos de provas sua ausência era prontamente percebida, como observou uma pesquisadora:

¹⁹ Se fôssemos comparar os laboratórios latino-americanos a outros laboratórios considerados mais “centrais” como os europeus ou os americanos, por exemplo, certamente encontraríamos diferenças em relação à constituição dos grupos e aos fatores que os configuram. Apesar da relevância de estudos desse tipo quanto à possibilidade de generalizações, salientamos que o presente trabalho não teve esse intuito.

Em final de semestre é sempre assim, o laboratório fica vazio por causa dos alunos envolvidos com provas, trabalhos e tal...

A vigilância e o controle da frequência desses alunos no laboratório eram feitos de diversas formas. Em geral, os mestrandos e doutorandos responsáveis por eles solicitavam uma grade de horários disponíveis (incluindo telefone para contato), a qual poderia ser afixada sobre as mesas de estudo, atuando como uma estratégia de vigilância do tempo da vida, a fim de que esse se tornasse tempo de trabalho. Nas tentativas de fuga, algumas estratégias eram acionadas como as ligações telefônicas que tinham por finalidade capturar os alunos “ausentes”. Podemos entender esse controle pelos horários, portanto, como uma forma de ordenação e subjetivação do tempo para que esse se transformasse em força de trabalho e força produtiva. Com tal finalidade, no laboratório, articulavam-se mecanismos direcionados tanto a “um controle minucioso e sem desperdícios sobre as ações quanto à repartição cíclica dessas ações” (Veiga-Neto, 2001: 17). Desse modo, essas operações e técnicas que atuavam e espacializavam o tempo da vida e dos corpos das pessoas ligadas ao sistema de produção do laboratório –movimentos, habilidades, ritmos, rotinas– agenciavam e regulavam seus corpos e vidas tornando-os força produtiva. No entanto, ao poder dessas operações sobre o tempo opunham-se estratégias de resistência e confronto como podemos perceber no comentário abaixo feito por um pesquisador do grupo:

Eu não tenho um comportamento constante ou um perfil ou estereótipo. Venho trabalhar quando tenho vontade, faço as coisas quando quero. Não gosto de horários e atividades pré-estabelecidas.

Assim, no cotidiano do laboratório, atuavam configurações espaço-temporais que ora articulavam-se ora confrontavam-se, tornando seu funcionamento dinâmico, móvel, resignificado conforme os planos que as pessoas traziam e estabeleciam ali, diferindo daquilo que as visões clássicas ou as histórias tradicionais contam sobre o funcionamento das instituições de trabalho, enquanto entidades centradas em noções de ordem através de funções estabelecidas para cada sujeito e do cumprimento de horários. Aqui vemos se delinear outras possibilidades, outras coordenadas espaço-temporais em que operam técnicas de poder sobre as ações possíveis das pessoas, a fim de que sejam cumpridas as funções, os horários, as tarefas para o alcance da produtividade, o que torna o campo social um espaço de embates entre as técnicas de poder e os desejos, os sentimentos, os ritmos marcados nos acontecimentos vividos. Ao serem incorporadas nos corpos, as configu-

rações espaço-temporais processadas no cotidiano do mundo do trabalho e do sistema de produção, onde a pessoa encontra-se inserida, passam a ser vistas como essência da pessoa e não como efeitos de processos históricos e culturais.

A essas estratégias de gerenciamento dos corpos e da produtividade, no espaço do laboratório articulavam-se outras em que atuam jogos de olhares e de disposições, inscrevendo nos corpos o sentimento de ser visto e controlado. Para ilustrar o funcionamento de tais mecanismos passamos a narrar outras situações experienciadas naquele lugar:

O coordenador, E, dirige-se para sua sala, localizada entre os dois laboratórios do grupo. Essa sala apresenta dois enormes vidros fixos que fazem divisas com cada um desses laboratórios. Através dessas “janelas” pode-se ver tanto o que acontece na sala do coordenador e nos laboratórios que a circundam, quanto nos demais laboratórios da ala (dado que todos apresentam a mesma distribuição). Apesar dessa visibilidade, os olhares através das “janelas” eram imperceptíveis: era como se elas não existissem, como se fossem duas paredes maciças.

No laboratório, chamavam a atenção as grandes “janelas” divisórias das salas dos coordenadores que permitiam tudo ver e sentir-se visto. Através delas, era possível um acesso visual aos laboratórios de toda ala e, da sala do coordenador, aos laboratórios limítrofes (e reciprocamente). Nessas disposições espaciais, funcionavam diversos mecanismos de controle e vigilância, como os já mencionados anteriormente, mas em especial o olhar panóptico.

O *Panóptico* (ou *A Casa de Inspeção*) é um projeto de construção, proposto por Bentham em 1791, em que há “uma torre central que vigia toda uma série de celas, dispostas circularmente, em direção oposta à luz, nas quais se encarceram os indivíduos. Do centro, controla-se qualquer coisa e todo o movimento sem ser visto” (Foucault, 2003: 155-156). Esse princípio geral de construção foi pensado por Bentham (e de fato muito utilizado) para ser aplicado em “qualquer sorte de estabelecimento no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção” (Bentham, 2000: 13),

Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: *seja o de punir o incorrigível, encarcerar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão* no caminho da educação [...] (Bentham, 2000: 13).

Portanto, o projeto panóptico direciona-se não apenas às prisões, mas a qualquer estrutura da sociedade nova, como os hospitais, as escolas, os asilos psiquiátricos, as casernas, etc., e, mais recentemente, as tecnologias de fiscalização como os circuitos de televisão. Essa amplitude de aplicações do Panóptico e sua originalidade estão associadas a dois princípios fundamentais: a posição central da vigilância e sua invisibilidade. O primeiro tem uma função econômica, já que nesse dispositivo demanda-se um número menor de inspetores e também de deslocamentos. O segundo configura-se como o maior estratagema do projeto panóptico: o olho vê sem ser visto. O que há de comum nessas estruturas todas é o desaparecimento do poder representativo; pois o poder simplesmente existe, é onipresente (independente da sua presença real), “se dilui inclusive na infinita multiplicidade de seu único olhar” (Bentham, 2000: 156).

Talvez, por isso, os pesquisadores parecessem, aparentemente, “desconsiderar” a onipresença da vigilância. Tal maquinaria, enquanto dispositivo de controle e vigilância,

automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. [...] Há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina [...] (Foucault, 1999: 167).

Nesse sentido, os pesquisadores do laboratório faziam parte de uma rede de vigilância contínua e funcional, que se organizava como um poder disciplinar “múltiplo, automático e anônimo”, sustentada pelo conjunto de indivíduos e por relações em todas as direções “fiscais perpetuamente fiscalizados” (Foucault, 1999: 148). Por conseguinte, no funcionamento dos corpos naquele sistema de produção, o controle e a vigilância dos indivíduos se exercia em toda parte e constantemente, segundo jogos espaço-temporais que envolviam a ordenação dos “nichos” de trabalho, as marcações territoriais, os ritmos das tarefas, o compartilhamento dos espaços, etc.

Embora as estratégias de vigilância e de controle funcionassem ali permanentemente, o espaço do laboratório configurava-se como uma miríade de acontecimentos entrelaçando-se ou chocando-se com práticas que tomamos como específicas ou não daquele ambiente de trabalho. A seguir, passamos a narrar alguns desses movimentos que ocorriam no seu cotidiano.

FRAGMENTOS 2: UMA PROFUSÃO DE MOVIMENTOS

8h23min:

Chega a pesquisadora B cantarolando... Põe seus pertences (bolsa, pasta com papéis e livros) sobre a sua mesa de estudos. Liga um dos computadores (o do meio) e sai para falar com a pesquisadora A no laboratório ao lado. A pesquisadora B retorna depois de cinco minutos, abre as janelas e liga as luzes, dirigindo-se ao computador para conferir seus e-mails. Levanta-se e conversa ao telefone por alguns minutos, solicitando informações sobre a venda de passagens rodoviárias. A pega algumas amostras num dos freezers, posicionados diante de uma das portas de entrada impedindo a passagem pela mesma, e retorna ao laboratório vizinho. B sai do computador, pega sua bolsa e sai do laboratório e do Departamento (vai até a rodoviária comprar passagens para a cidade onde mora sua família). O laboratório fica vazio por uns minutos...

8h44min:

Chega o pesquisador C, acompanhado de um coordenador de outro grupo de pesquisa. C deposita alguns de seus materiais na sua mesa e outros, na estante aérea localizada ao lado dos computadores e destinada para uso coletivo. Vai até o computador do meio e procura, entre seus e-mails, a resposta a um artigo enviado. Enquanto isso, aquele coordenador vai até a bancada central e observa algumas ponteiras²⁰ em um pote plástico. Ele comenta que as ponteiras são de má qualidade, sugerindo que na próxima compra sejam reavaliadas. Ainda conversa mais alguns minutos com C, mencionando sua falta de tempo para praticar esportes, em especial natação e sai do laboratório.

9h:

O pesquisador D chega ao laboratório e imediatamente coloca sua pasta sobre a mesa que divide com C. D dirige-se ao canto dos computadores, ligando mais um, enquanto cumprimenta e troca algumas palavras com o seu coordenador, E, que recém-chegou, e com C. Em seguida, C, entusiasmadíssimo, conta que seu artigo, reenviado duas vezes com as alterações sugeridas pelos revisores de uma revista, foi finalmente aceito para publicação. Comenta, ainda, que já tinha avisado a revista sobre a impossibilidade de alterar o artigo mais uma vez e que, para sua surpresa, resolveram aceitá-lo. Diversas pessoas vieram parabenizá-lo euforicamente, através de abraços e beijos. A conversa entre os três, que agora estão em pé entre duas bancadas, inicia com uma discussão sobre o andamento de seus experimentos e termina com comentários sobre as últimas pesquisas eleitorais para a Presidência da República. Minutos depois, o seu coordenador, E, retira-se do laboratório.

Tais circunstâncias tornam visível, inicialmente, as rotinas de chegada. Os pesquisadores costumavam ligar as luzes, abrir as janelas, depositar seus per-

²⁰ Ponteiras são pontas plásticas colocadas na extremidade das pipetas automáticas de modo a serem descartadas após um período de uso.

tences e conectar-se à internet para verificar possíveis mensagens eletrônicas, rituais que marcavam o início do dia e da inserção no laboratório. Além dessas ações mais específicas relacionadas àquele lugar, apareceram outras, vinculadas a situações de cunho familiar –reserva de passagens pelo telefone– e político –conversas sobre a situação eleitoral no país–, mostrando o laboratório como uma rede que articula diversos âmbitos da esfera social transportados por distintas tecnologias de comunicação.

Entre esses hábitos cotidianos encontrava-se a utilização dos computadores, mais especificamente, da web para consultas a correios eletrônicos e páginas de serviços, mas também como diversão/lazer (jogos, *sites* de entretenimento, etc.). As páginas da web eram utilizadas principalmente para solicitação de serviços (compra de passagens aéreas, reservas em hotéis, auto-atendimento bancário, etc.), para acesso às notícias locais ou internacionais e para consultas a artigos científicos (em áreas específicas, como medicina e neurociências e prioritariamente em inglês) recentemente publicados e à disposição, possibilitando um rápido acesso às informações.

Os computadores também eram utilizados para escrever textos, relatórios e artigos, assim como para realizar testes-estatísticos (em programas específicos) e elaborar gráficos e tabelas. Outro uso relacionava-se ao acesso às rádios digitais, serviço gratuito oferecido por determinados provedores, e à música através do uso de cd's. Assim, uma mistura de sons, ruídos, conversas e músicas dos mais diversos estilos configuravam aquele ambiente.

As distintas tecnologias de comunicação (informatização, telefonia, etc.) que funcionavam no laboratório, ao articularem diversos espaços/tempos, criavam outras condições de colocar as pessoas em contato. Podemos dizer que ocorria uma espécie de desenraizamento espaço-temporal em que, segundo Lévy (1996), a “sincronização substitui a unidade de lugar e a interconexão, a unidade de tempo” (Lévy, 1996: 21). Através das novas tecnologias da comunicação, a interconexão funciona como estratégia e efeito ao promover uma comunicação contínua (embora de duração descontínua nos correios eletrônicos), mantendo constantemente a possibilidade de sermos conectados e conectáveis. Os deslocamentos produzidos recentemente nas sociedades contemporâneas pela internet –as possibilidades de interconexão e de sincronização– assim como nos corpos que se tornaram sistemas de processamento de dados, de códigos e feixes de informação (Sibilia, 2002), toma-se como necessidade essencial para ser humano ter um endereço na internet, estar conectado, fazer-se localizável e poder localizar. Sem tais rituais de se estar *plugado* emergem sentimentos de defasagem, de não-pertencimento à cibercultura. Nessa cultura, não só mudam-se as configurações espaço-temporais –ao invés de um espaço de canal ou de rede, um espaço

envolvente e interativo–, mas também todos devem encontrar-se em conexão numa telepresença generalizada (Lévy, 1999). Ao discutir as condições e os efeitos do ciberespaço, Lévy refere:

Os veículos de informação não estariam mais *no* espaço, mas, por meio de uma espécie de reviravolta topológica, todo o espaço se tornaria um canal interativo. [...] Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato (Lévy, 1999: 127).

Além disso, enquanto dispositivos da tecnociência contemporânea, as novas tecnologias da comunicação criam condições para que os conhecimentos e as práticas produzidas no laboratório sejam submetidos, com mais rapidez, às regras de outras instâncias (como de revisores de revistas, órgãos de financiamento, etc.) que, de “fora” ou de forma não presencial, integram sua rede de governo. No entanto, Serres (1994) comenta que a questão da “não-presença” não se limita e é anterior à informatização e às redes digitais, pois se articula a outros vetores de virtualização como a imaginação, a memória e o conhecimento.

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. É verdade que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde (Serres, 1994 *apud* Lévy, 1996: 21).

Para Lévy (1996), a virtualização, enquanto movimento que se opõe à atualização (e não à realidade), consiste, sobretudo, em fazer das coordenadas espaço-temporais –de uma entidade qualquer, como o trabalho– um problema sempre repensado e não uma solução estável; trata-se de um processo de redistribuição dos espaços/tempos da coletividade e de cada um de seus membros em função dos processos, da dinâmica dos acontecimentos.²¹ Por isso,

²¹ Para Lévy, a atualização é a invenção de uma solução exigida por um complexo problemático que pertence à entidade considerada. É a “criação de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades”, ou ainda, “uma produção de qualidades novas, uma transformação de idéias, um verdadeiro devir que alimenta de volta o virtual” (Lévy, 1996: 16-17).

para o autor, a virtualização não significa ausência de existência, pois é justamente “um dos principais vetores da criação de realidade”.

Se a virtualização fosse apenas a passagem de uma realidade a um conjunto de possíveis, seria desrealizante. Mas ela implica a mesma quantidade de irreversibilidade em seus efeitos, de indeterminação em seu processo e de invenção em seu esforço quanto à atualização (Lévy, 1996: 18).

Nas relações que se estabelecem com as tecnologias informáticas –no laboratório, através do uso de correios eletrônicos ou *sites* de busca e bibliotecas virtuais, por exemplo–, ainda segundo o autor, modificam-se as articulações entre “público e privado, próprio e comum, subjetivo e objetivo, mapa e território, autor e leitor, etc.” (Lévy, 1996: 24). Assim, mais do que a mistura de lugares e tempos, são os próprios limites dessas noções que são questionados: “cria-se, portanto, uma situação em que vários sistemas de proximidades e vários espaços práticos coexistem”, ou seja, as distâncias físicas são aproximadas ou até mesmo suprimidas e novas velocidades, inventadas (Lévy, 1996: 22). Isso podia ser percebido no laboratório, por exemplo, quando um pesquisador sincronizava e interconectava o espaço/tempo da escrita de um artigo no computador (repleta de tensões, coerções, projetos e questionamentos) ao espaço/tempo de uma biblioteca virtual, de um correio eletrônico (recebendo as sugestões e exigências dos revisores de uma revista ou dos órgãos que financiavam sua pesquisa), de programas estatísticos e gráficos, etc. As interações que lá aconteciam não eram imaginárias, mas sim efetivas, hipertextuais. Lévy (1996) define o hipertexto, em oposição ao texto linear clássico, como um texto estruturado em rede, em que o(s) leitor(es)/autor(es) constrói/constroem uma série de vínculos entre diferentes partes do texto e/ou com outros textos que o tornam móvel, reconfigurável, interativo, multiplicando assim as ocasiões de produção de sentido.

Ao argumentar sobre a importância de se pensar sobre os efeitos das tecnologias ligadas à informática, às telecomunicações e às biotecnologias, Sibilia (2002) comenta que:

existem agenciamentos coletivos, usos e apropriações das tecnologias por parte dos sujeitos, que, por sua vez, também vivenciam seus efeitos em seus próprios corpos e subjetividades. Os aparelhos e ferramentas exprimem as formas sociais que os produzem e lhes dão sentido, formando redes, teias de pensamento, matrizes sociais, econômicas, políticas, que permeiam o corpo social inteiro e estão inextricavelmente ligadas às tecnologias (Sibilia, 2002: 11).

Nessa rede, as relações entre as pessoas e suas produções são (re)configuradas, visto que as tecnologias, as posições, os conhecimentos e objetos a elas associados atuam como estratégias que governam o eventual campo de possibilidade dos outros (Foucault, 1995), ultrapassando os seus territórios mais “restritos”. Nesse sentido, governar se refere “à maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos” (Foucault, 1995: 244), ou seja, aquelas ações que incitam, confrontam e que suscitam a produção da verdade, dando forma e regulando as relações sociais, os corpos, as atitudes, os gestos, as vontades, os pensamentos sobre si mesmo e os outros (Foucault, 1995).

Nas práticas desenvolvidas no laboratório –técnicas, número e tipos de experimentos, testes, ritmos das pesquisas– foi possível ver o funcionamento e os efeitos de estratégias de governo, por exemplo, de órgãos financiadores, avaliadores das revistas científicas e comunidade científica. Tal situação pôde ser percebida, em certa oportunidade, quando um pesquisador precisou retomar, por duas vezes, uma pesquisa que já havia sido concluída porque um avaliador de uma revista (a qual havia submetido o artigo resultante) julgou que sua amostragem era insuficiente e que a investigação poderia ser complementada com outras temáticas, havendo uma operacionalização dessas estratégias macro no nível micro do laboratório. Tal intervenção gerou ações tanto de submissão ao parecer, levando a (re)significação e (re)construção daquilo que havia sido “exigido”, quanto de resistência, uma vez que o pesquisador, por não ter concordado completamente com o avaliador, executou as suas sugestões de forma parcial. Nesse jogo de “verdades”, ele usou como argumentos o curto prazo para retomar suas pesquisas (em função dos prazos que ele havia determinado para si, bem menores do que aqueles fixados pelo órgão financiador e pelo departamento de pesquisa) e o interesse em não descaracterizar excessivamente seu trabalho incluindo enfoques que não lhe convinham naquele momento. Apesar das alterações não terem sido acatadas como os avaliadores vislumbravam, o trabalho acabou sendo aceito pela revista.

Assim, se, por um lado o pesquisador marca sua individualização ao encontrar-se vinculado a um grupo de pesquisa, a uma pesquisa específica, por outro, ele se encontra relacionado a estratégias globalizantes presenciais ou não. A esse embate individualizador/globalizante, articulam-se outros espaços/tempos direcionados aos pensamentos, aos conhecimentos, às técnicas, às produções, governando as subjetividades das pessoas e suas produções para, enfim, fazer funcionar o conjunto. Num espaço regido por políticas econômicas de âmbito global, cujos critérios de produtividade assentam-se na quantidade e divulgação de publicações, nada mais “natural”, então, que a ocorrência de festejos quando dos aceites dos artigos, como

vimos nas narrativas apresentadas anteriormente: “[...] C, entusiasmadíssimo, conta que seu artigo, [...] foi finalmente aceito para publicação. [...] Diversas pessoas vieram parabenizá-lo euforicamente, através de abraços e beijos”. Nesses rituais, simultaneamente premiavam-se e posicionavam-se atitudes, ensinando-se e qualificando-se determinados comportamentos e desempenhos conforme as regras para aquele sistema produtivo (Foucault, 1999). O estímulo à produtividade aparecia, também, nas análises que os pesquisadores faziam das pesquisas, sobretudo em relação ao seu desempenho e ao impacto das publicações, como se pode vislumbrar nas diversas falas apresentadas a seguir:

Nós precisamos discutir qual a melhor maneira de representar os dados obtidos, que tipo de estatística pode dar maior visibilidade aos resultados, para deixar o trabalho lindo, maravilhoso! (Orientador)

Há dois dias estamos sacrificando ratos no laboratório do grupo X, pois lá tem um aparelho que fatia o cérebro e seria complicado trazê-lo para cá. Por isso e por ser também mais calmo, já que o nosso laboratório anda meio tumultuado nesses últimos dias, estamos dando um intensivo no trabalho. Não vamos mais precisar vir trabalhar no sábado porque hoje mataremos os últimos 24 ratos de que precisamos. Esse trabalho é para o Y, mas todos entrarão com o seu nome. (Mestrando)

Meu orientador é de outro laboratório, mas estou fazendo toda a parte técnica aqui porque é onde o pessoal as domina bem. Se não fosse assim, eu teria que aprender tudo e não daria tempo para realizar os experimentos necessários. (Doutoranda)

Isso que é pesquisador, já está fazendo mais um artigo! (Orientador)

Antes de publicar qualquer coisa, precisamos dar uma olhada na lista com os índices de impacto das revistas. (Doutorando)

O seu trabalho está excelente! Precisamos ver se há possibilidade de publicá-lo numa importante revista! (Mestrando)

Já trabalhei muito à noite, nos finais de semana e em casa. Hoje em dia, não faço mais isso e cada vez menos gosto de levar trabalho para casa... (Orientador)

Desse modo, o laboratório estava organizado em torno tanto de um conjunto de normas e regras que buscavam unificar e delimitar as ações dos sujeitos que ali atuavam, quanto de uma trama de relações entre esses sujeitos e entre eles e as configurações que iam sendo criadas. Tais relações incluem “alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos” (Dayrell, 2001: 137). É nesse embate, do seqüestro dos corpos para normalização dos comportamentos, qualificação das aptidões, amplificação dos ritmos, diminuição dos tempos de lazer e des-

canso (tomados muitas vezes como ócio), que se fabricam os corpos e espaços/tempos de trabalho (Foucault, 1999).

Sendo assim, essas inter-relações dinâmicas constituem um processo de (re)apropriação dos lugares, das normas, das ações, dos pensamentos, enfim, dos sujeitos e seus fazeres. Dessa forma, o laboratório não era um espaço onde os indivíduos atuavam como agentes passivos numa estrutura pré-definida, mas um espaço configurado por relações cotidianas entremeadas por conflitos, negociações e concessões. Era nesse contexto que as configurações espaço-temporais do laboratório funcionavam como práticas de subjetivação, isso é, como práticas que fixavam os indivíduos a um aparelho de produção, de formação e de correção. Dessa maneira, essas configurações incluíam/excluíam indivíduos, formavam/separavam grupos em processos em que se movimentavam e articulavam negociações com dimensões planetárias e locais, ao mesmo tempo individualizantes e globalizantes, que se entrelaçavam e influenciavam mutuamente.

RETOMANDO ALGUNS POSICIONAMENTOS

Olhar alguns momentos das atividades diárias de um laboratório de pesquisa nos possibilitou conhecer parte dos processos relacionados às configurações espaço-temporais perpassadas por estratégias de ordenação e governo através de distintas tecnologias.

Uma das estratégias que se tornou visível foi a marcação territorial pela disposição de objetos e de outros pertences pessoais e de materiais e equipamentos de pesquisa, cujos efeitos de territorialização, espacialização, fragmentação, constituição de nichos governáveis, atuavam como estratégias para o alcance da ordenação dos espaços/tempos e da autonomia territorial e funcional. Nesse processo de delimitação de territórios, eram marcados pertencimentos/não-pertencimentos e criados lugares/não-lugares para os corpos em trânsito.

Às rotinas de inserção no laboratório, rituais de início do dia –abrir as janelas, acender as luzes, depositar os pertences, conferir o recebimento de mensagens eletrônicas...– entrecruzavam-se ações ligadas a outros âmbitos da esfera social, familiar e política, através de conversas que se davam ao telefone ou no local, articulando o presencial ao não presencial.

As novas tecnologias informáticas e de comunicação, mais do que atuar no laboratório criando condições de comunicação e articulação de diferentes tempos/espaços e promovendo sincronizações e interconexões, funcionavam como dispositivos tecnológicos ligados a uma rede de governo. Dessa forma, essas tecnologias de virtualização não só borravam as “fronteiras” en-

tre próximo e longínquo, dentro e fora, local e global, mas tornavam visível que o governo das pessoas e suas relações com os sistemas produtivos ultrapassam a territorialização.

Nesse sentido, o olhar panóptico, de tudo ver sem ser visto, enquanto dispositivo de vigilância e de controle dos corpos e seus tempos, espaços de trabalho e produtividade –de modo a incluí-los e mantê-los atrelados àquele sistema de produção–, transpunha o laboratório ao se entrelaçar transnacionalmente através do ciberespaço. No entanto, no cotidiano do laboratório, travavam-se embates no processo dinâmico de ordem/desordem, uma vez que não era sem conflitos, imposições, concessões, negociações que tais relações e configurações espaço-temporais funcionavam ali.

Por fim, as configurações espaço-temporais, enquanto dispositivos que articulam técnicas de poder, no e através do laboratório, enquadram/posicionam os sujeitos, seus saberes, ritmos, comportamentos, produzindo e regulando as maneiras de pensar e agir em relação a si e aos demais, assim como a inserção e o aumento da força de trabalho dos sujeitos naquele sistema de produção. Assim, essa imersão no laboratório tem nos mostrado que os sujeitos, as práticas e as relações supostamente neutras e desinteressadas são uma construção histórica, o que exige que passemos a olhar de forma mais atenta e problematizadora para aquilo que rege as práticas sociais naquele espaço e para o seu caráter constituidor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augé, M. (2003), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, Campinas, Papirus Editora [edición en castellano: (1993), *Los no-lugares. Espacios del anonimato*. Barcelona, Gedisa].
- Bauman, Z. (1998), *O mal-estar na pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- (1999), *Globalização: as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor [edición en castellano: (1998), *La globalización. Consecuencias humanas*, México, FCE].
- (2001), *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor [edición en castellano: (2002), *Modernidad líquida*, Buenos Aires, FCE].
- Bentham, J. (2000), “O panóptico ou a casa de inspeção”, em Silva, T. T. (comp. e trad.), *O panóptico/ Jeremy Bentham*, Belo Horizonte, Autêntica, pp. 11-74 [edición en castellano: Bentham, J. (1979), *El panóptico*, Madrid, La Piqueta].
- Bianco, M. (2004), “Una aproximación conceptual a los grupos o colectivos de investigación”, en: Kreimer, P. et al. (ed.), *Producción y uso social de conocimientos*:

- estudios de sociología de la ciencia y la tecnología en América Latina*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, pp. 193-213.
- Caldeira, T. (1988), “A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia”, *Novos Estudos*, 21, pp. 133-157.
- Dayrell, J. (2001), “A escola como espaço sócio-cultural”, en Dayrell, J. (comp.), *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp. 136-161.
- Elias, N. (1994), *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar [edición en castellano: (2000), *La sociedad de los individuos*, Barcelona, Península].
- (1998), *Sobre o tempo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Ferreira, M. L. M. (1995), “Retrato de si”, en Leal, O. F. (comp.), *Corpo e significado*, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, pp. 417-442.
- Foucault, M. (1988a), “Nietzsche, a genealogia e a história”, en *Microfísica do poder*, R. Machado (comp. e trad.), Rio de Janeiro, Edições Graal, pp. 15-37 [edición en castellano: (1979), *La microfísica del poder*, Madrid, La Piqueta].
- (1988b), “Sobre a história da sexualidade”, en *Microfísica do poder*, Machado, R. (comp. e trad.), Rio de Janeiro, Edições Graal, pp. 234-275 [edición en castellano: (1979), *La microfísica del poder*, Madrid, La Piqueta].
- (1995), “O sujeito e o poder”, en Dreyfus, H. L. e Rabinow, P., *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 231-249.
- (1999), *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, Petrópolis, Editora Vozes [edición en castellano: (1980), *Vigilar y castigar*, México, Siglo XXI].
- (2003). “A prisão vista por um filósofo francês”, en Motta, M. B. (comp.), *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 152-158.
- Geertz, C. (1989), “Estar lá, escrever aqui”, *Diálogo*, 3 (22), pp. 58-63.
- (2001), *Nova luz sobre a antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Gottschalk, S. (1998), “Pós-modern sensibilities and ethnographic possibilities”, en Banks, A. & Banks, S. *Fiction and Social Research*, Londres, Sage Editor, pp. 206-226.
- Harvey, D. (2001), *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, São Paulo, Edições Loyola [edición en castellano: (1998), *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*, Buenos Aires, Amorrortu].
- Knorr-Cetina, K. (1995), “Los estudios etnográficos del trabajo científico: hacia una interpretación constructivista de la ciencia”, en Iranzo, J. M., et al., *Sociologia*

- de la *Ciencia y la Tecnología*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 187-204.
- Kreimer, P. (1999), *De probetas, computadoras y ratones: la construcción de una mirada sociológica sobre la ciencia*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.
- Latour, B. (2000), *Ciência em ação: como seguir engenheiros e cientistas sociedade afora*, São Paulo, Editora da UNESP [edición en castellano (1992), *Ciencia en acción*, Barcelona, Labor].
- (2001), *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*, Bauru, Editora da EDUSC [edición en castellano: (2001), *La esperanza de pandora*, Barcelona, Gedisa].
- Lévy, P. (1996), *O que é o virtual*, São Paulo, Editora 34 [edición en castellano: (1995), *¿Qué es lo virtual?*, Barcelona, Paidós].
- (1999), *Cibercultura*, São Paulo, Editora 34.
- Rouse, J. (1992), What are cultural studies of scientific knowledge?, *Configurations*, 1, (1), 11, 57/94. Disponible en <<http://muse.jhu.edu/journals/configurations/v001/1.1rouse.html>>.
- Sibilia, P. (2002), *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Silva, T. T. da (1999), *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*, Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- Susin, L. (2004), “Como acontece a construção do conhecimento científico em um laboratório de pesquisa?”, en Kreimer, P. et al. (eds.), *Producción y uso social de conocimientos: estudios de sociología de la ciencia y la tecnología en América Latina*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, pp. 215-242.
- Varela, J. (1996), “Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo”, en Vorraber, M. (comp.), *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 73-106.
- Weiga-Neto, A. (2002), “Espaço e currículo”, en Lopes, A. C. y Macedo, E. (comps.), *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*, Rio de Janeiro, Editora DP&A, pp. 201-220.
- (2001), “Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola?”, *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender/Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)*, Rio de Janeiro, DP&A, pp. 9-20.
- Woolgar, S. (1995), “Los estudios de laboratorio: un comentario sobre el estado de la cuestión”, en Iranzo, J. M. et al. (coords.), *Sociología de la Ciencia y la Tecnología*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 221-233.